

# Cadernos Teologia Pública

## Há 50 anos houve um concílio... significado do Vaticano II

Victor Codina

ISSN 1807-0590

ano VII • número 81 • 2013

INSTITUTO  
HUMANITAS  
UNISINOS



JESUITAS



UNISINOS  
Somos Infinitas possibilidades

# Há 50 anos houve um concílio...

## significado do Vaticano II

### Resumo

O artigo é motivado pela preocupação de recuperar o significado do Concílio Vaticano II para que sua mensagem seja uma *boa notícia* para o mundo de hoje. O significado desse evento eclesial é evidenciado, inicialmente, mediante uma contextualização da época pré-conciliar (liturgia, movimentos bíblico, patrístico, litúrgico, ecumênico, pastoral; nova sensibilidade social; figuras teológicas mais relevantes daquele momento) enquanto terreno fértil do Concílio e culmina numa. Num segundo momento, o artigo apresenta o Concílio enquanto tal, apresentando a figura de João XXIII e sua convocação para um *aggiornamento* da Igreja, uma visão sumária de algumas chaves de leitura do Vaticano II e a síntese final de Paulo VI, caracterizada como “uma espiritualidade samaritana”. Num terceiro momento, após um testemunho de vivências pessoais do Concílio, é feita uma exposição a respeito do pós-concílio, que abrange desde a “primavera eclesial” dos primeiros anos até o mal-estar dos últimos. O artigo conclui articulando a ideia de caos e kairós como expressão das possibilidades da ação do Espírito para o tempo de crise da Igreja nos últimos anos.

**Palavras-chave:** Concílio Vaticano II, Igreja, pós-concílio, João XXIII, Paulo VI.

### Abstract

This article is motivated by the concern to retrieve the meaning of Vatican II council as good news for the world today. This event is meaningful and fertile in contextualizing subjects in evidence before: liturgy, movements aimed at Bible studies by lay people, at patristics, liturgy, pastoral and ecumenical involvement; there was a new social sensibility; and at that moment some relevant theological voices had become quite audible. In a second topic the article deals with the Council as such, introducing John XXIII and his convocation for an *aggiornamento* of the church, then some key points from Vatican II plus the final synthesis of Paul VI, marked by “a Samaritan spirituality”. In a third approach personal witness is given about the Council as well as a description of the post-council “church spring” in the first years up to the troublesome recent years. Finally the article states the idea of chaos and kairós as possibilities for the Spirit’s action in a time of crisis of the church in recent years.

**Keywords:** Vatican II, church, post-council, John XXIII, Paul VI.

# **Há 50 anos houve um concílio...**

## significado do Vaticano II

Victor Codina

## UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

*Reitor*

Marcelo Fernandes de Aquino, SJ

*Vice-reitor*

José Ivo Follmann, SJ

### **Instituto Humanitas Unisinos**

*Diretor*

Inácio Neutzling, SJ

*Gerente administrativo*

Jacinto Schneider

### **Cadernos Teologia Pública**

Ano X – Nº 81 – 2013

ISSN 1807-0590

*Responsáveis técnicos*

Cleusa Maria Andreatta

Caio Fernando Flores Coelho

*Revisão*

Carla Bigliardi

*Edição eletrônica*

Rafael Tarcísio Forneck

*Impressão*

Impressos Portão

*Editor*

Prof. Dr. Inácio Neutzling – Unisinos

*Conselho editorial*

MS Ana Maria Casarotti – Unisinos

Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta – Unisinos

Dra. Susana Rocca – Unisinos

*Conselho científico*

Profa. Dra. Ana Maria Formoso – UNILASALLE – Doutora em Educação

Profa. Dra. Edla Eggert – Unisinos – Doutora em Teologia

Prof. Dr. Faustino Teixeira – UFJF-MG – Doutor em Teologia

Prof. Dr. José Roque Junges, SJ – Unisinos – Doutor em Teologia

Prof. Dr. Luiz Carlos Susin – PUCRS – Doutor em Teologia

Profa. MS Maria Helena Morra – PUC Minas – Mestre em Teologia

Profa. Dra. Maria Inês de Castro Millen – CES/ITASA-MG – Doutora em Teologia

Prof. Dr. Rudolf Eduard von Sinner – EST-RS – Doutor em Teologia

---

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

*Instituto Humanitas Unisinos*

Av. Unisinos, 950, 93022-000 São Leopoldo RS Brasil

Tel.: 51.3590 8223 – Fax: 51.3590 8467

**[www.ihu.unisinos.br](http://www.ihu.unisinos.br)**

## **Cadernos Teologia Pública**

A publicação dos Cadernos Teologia Pública, sob a responsabilidade do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, quer ser uma contribuição para a relevância pública da teologia na universidade e na sociedade. A teologia pública pretende articular a reflexão teológica em diálogo com as ciências, culturas e religiões de modo interdisciplinar e transdisciplinar. Busca-se, assim, a participação ativa nos debates que se desdobram na esfera pública da sociedade. Os desafios da vida social, política, econômica e cultural da sociedade, hoje, especialmente, a exclusão socioeconômica de imensas camadas da população, no diálogo com as diferentes concepções de mundo e as religiões, constituem o horizonte da teologia pública. Os Cadernos Teologia Pública se inscrevem nesta perspectiva.



## Há 50 anos houve um concílio... significado do Vaticano II<sup>1</sup>

Victor Codina

### 1 Introdução

Vivemos num ritmo tão acelerado que um acontecimento ocorrido há cinquenta anos pode facilmen-

te ficar sepultado no esquecimento se não se faz um esforço para recuperar a memória do passado. E esta recuperação não é fácil quando vão desaparecendo os testemunhos diretos do acontecimento. Isto sucede com o concílio Vaticano II (1962-1965).

De forma lenta, porém irremediável, foram desaparecendo os grandes protagonistas do Vaticano II, os papas João XXIII e Paulo VI e a imensa maioria de bispos, tanto renovadores (Suenens, Alfrink, Frings, Döpfner, König, Máximos IV, Lercaro, Helder Câmara...), como conservadores (Ottaviani e o grande opositor Lefèbvre). Dos grandes teólogos conciliares (Rahner, Congar, De Lubac, Schillebeeckx, Jungmann, Häring, Murray...) só sobrevivem Küng e Ratzinger, então muito jovens.

---

<sup>1</sup> Nota do editor: Este texto foi originalmente publicado em *Quaderns Cristianisme i Justícia*, n.º 182, em dezembro de 2012 (V. CODINA, *Hace 50 años hubo un Concilio*). **Cristianisme i Justícia** (Fundação Lluís Espinal) é um Centro de Estudos promovido pela Companhia de Jesus da Catalunha. Agrupa uma equipe de professores universitários e especialistas em teologia e em diversas ciências sociais e humanas interessados pelo cada vez mais indispensável diálogo cultural fé-justiça. A coleção *Cristianisme i Justícia* apresenta algumas das reflexões dos seminários da equipe do Centro ou alguns dos trabalhos de seus membros e colaboradores. Os títulos desta coleção podem ser baixados na internet em [www.cristianismeijusticia.net/es/quaderns](http://www.cristianismeijusticia.net/es/quaderns).

Também faleceram os monges de Taizé Roger Schutz e Max Thurian, os observadores ortodoxos como Evdokimov e o patriarca Atenágoras de Constantinopla, com quem se abraçou Paulo VI em sinal de reconciliação ecumênica.

Inclusive historiadores do Vaticano II, como G. Alberigo e E. Vilanova, foram lentamente desaparecendo. Os cristãos que de algum modo vivenciaram o concílio já são hoje pessoas jubiladas. Como transmitir às jovens gerações de hoje um acontecimento do qual a maioria de seus protagonistas já desapareceu?

O problema não é simplesmente geracional ou cronológico, porque há setores da Igreja de hoje interessados em esquecer o Vaticano II, em enterrar sua “perigosa memória”, ou pelo menos em fazer uma leitura *light* e minimalista do Concílio.

O que significou realmente o Vaticano II, que para alguns constitui o maior acontecimento do século XX (De Gaulle), a passagem do anátema ao diálogo (Garaudy), um concílio profético para nossos dias (Chenu), a passagem da Igreja ocidental para uma Igreja universal (Rahner), uma graça do Espírito para a Igreja (João Paulo II), enquanto para outros o Concílio constitui uma espécie de pesadelo ou, inclusive, um “lixo”, como afirmou um lefebriano? Como recuperar hoje a memória do Va-

ticano II para que sua mensagem seja uma boa notícia para o mundo de hoje?

Para isso, nada melhor que recordar a época pré-conciliar, o que foi o acontecimento do Vaticano II e quais foram os avatares do pós-concílio.

## 2 A época pré-conciliar

Em vez de começar com enunciados genéricos sobre a Igreja pré-conciliar, recordemos narrativamente como era a eucaristia de antes do Concílio.

### 2.1 Uma eucaristia pré-conciliar

O sacerdote celebra de costas para o povo, é o homem do sagrado, mediador entre Deus e os homens, o outro Cristo, separado do povo (inclusive exteriormente: batina, tonsura), que atua em nome de Cristo nos sacramentos, que reza e lê a palavra de Deus em latim, não existe concelebração, muitas vezes se celebram missas simultâneas em altares laterais, às vezes a missa é com o Santíssimo exposto, ou no final se faz a exposição e a bênção. O sacrário preside o templo. O ponto central é o relato da consagração e a elevação da hóstia (campai-



nhas), a adoração do Santíssimo parece mais importante do que a comunhão. A liturgia é ação exclusiva do sacerdote e o cânone romano é o único existente.

O povo está passivo, assiste à missa como a um espetáculo, não entende o latim, reza o rosário ou faz novenas, os mais atualizados seguem a liturgia com um missalzinho bilíngue em latim e língua vernácula, os fiéis estão ajoelhados quase todo o tempo, se comunga de joelhos e se recebe a hóstia na boca, numa só espécie, em jejum desde a meia-noite. Muitos não se atrevem a comungar se não se confessaram antes, outros assistem sem comungar, a comunhão é dada às vezes antes ou depois da missa ou numa capela lateral. Muitos assistem à missa simplesmente para cumprir o preceito dominical, já que, do contrário, se peca mortalmente e, para que a missa valha, é preciso chegar pelo menos ao evangelho.

A eucaristia não se compreende nem valoriza como celebração comunitária do mistério pascal, não há oração dos fiéis, não se dá a paz, reza-se o credo e o Pai nosso em latim, os cantos em sua maioria são em latim e gregoriano, no final se lê o prólogo do Evangelho de João e em seguida todos rezam ajoelhados três ave-marias e uma oração latina a São Miguel, para que defenda a Igreja e lance o demônio ao inferno.

O sermão ou a homilia que, quando a havia, era em língua vernácula, resumia o evangelho interpretado muito literalmente, e a pregação era muitas vezes moralista. O pouco que o povo sabia da Bíblia era através da pregação e do catecismo com perguntas e respostas e apenas se lia a Bíblia.

## 2.2 O que subjazia a esta liturgia?

A celebração litúrgica não é algo acidental na Igreja, já que expressa sua fé, sua teologia e seu modelo de Igreja.<sup>2</sup> O que subjaz a esta liturgia tridentina pré-conciliar é a Igreja de Cristandade que se origina no século IV com Constantino e Teodósio, se fortalece no século XI com a reforma de Gregório VII, a qual centraliza toda a Igreja e esteve em vigor até o Vaticano II. É piramidal, em cujo cume estão o Papa, os bispos e os sacerdotes e, na base, os leigos. É desigual: uns poucos ensinam, mandam e celebram, os demais obedecem, aprendem, rezam, calam e pagam... É clerical, aquela que possui o poder de consagrar, de perdoar e batizar, e a que detém o Espírito. A Igreja é o Papa, o bispo, o sacerdote. É uma Igreja na qual sacerdotes e religiosos estão chamados à santidade

<sup>2</sup> Existe o axioma clássico de Próspero de Aquitânia que afirma “*lex orandi, lex credendi*”, isto é, a forma de orar expressa a forma de crer.

pelos conselhos evangélicos, enquanto os leigos se contentam em cumprir os mandamentos para salvar-se. É uma Igreja unida ao Estado, que a protege e ajuda, os cidadãos do país são simultaneamente membros dela, o batismo das crianças se generaliza, o cristianismo é algo sociocultural, se é cristão por tradição mais do que por convicção. Fora da Igreja católica não há salvação, o que explica, por uma parte, o afã missionário para salvar almas da perdição, a tendência de se considerar diabólicas as religiões dos pagãos não cristãos e de julgar os cristãos não católicos como hereges e cismáticos. Não há liberdade religiosa, pois o erro não tem direitos. A Igreja é uma sociedade perfeita como o Estado, a qual tem poder espiritual, mas também temporal (Estados pontifícios...); o Papa pode conceder os territórios descobertos aos reis católicos, pode consagrar e destituir imperadores e reis. A Igreja é o Reino de Deus na terra.

A Igreja de cristandade, também chamada Igreja do segundo milênio, certamente fez um grande esforço de encarnação na realidade, foi uma fonte de humanização em momentos críticos da sociedade, manteve a unidade da fé, evangelizou continentes, lutou por sua liberdade, produziu muitos frutos de santidade exímia, é a Igreja das catedrais e das sumas teológicas... porém seus custos foram muito graves: separação das Igrejas do Oriente e da

Reforma, cruzadas, guerras de religião, antissemitismo, fechamento ao mundo moderno da Ilustração, oposição à Revolução francesa e à da América Latina, à ciência e técnica modernas, abandono de muitos intelectuais, operários, políticos, etc. Não é casual que João Paulo II, no jubileu do ano 2000, pedisse perdão por estes pecados e erros da Igreja do “segundo milênio”.

Os dois concílios da cristandade moderna, Trento (séc. XVI) e Vaticano I (séc. XIX), reforçaram esta eclesiologia, foram defensivos (contra protestantes, contra o mundo moderno...), identificaram a Igreja com a hierarquia, sobretudo papal. Nos dois últimos séculos, com os Papas Pio IX, Pio X, Pio XI e Pio XII (a época “plana” em expressão de Rahner), esta Igreja de cristandade chega ao seu cume. A Igreja se converte numa instituição clerical, legalista e triunfalista, muito afastada daquela que Jesus queria (a chamada Igreja do “primeiro milênio”) que era uma Igreja de comunhão, de fraternidade, do Espírito, uma Igreja estruturada à imagem da comunidade trinitária.

### **2.3 Algo se movia na Igreja**

A teologia dos anos do pré-concílio era a escolástica e, no melhor dos casos, a neoescolástica, seguindo as pautas de Leão XIII na encíclica *Aeterni Patris*. Seu método era dedutivo, em forma de teses, em latim,

com grande rigor lógico, porém completamente alheio à história e à cultura moderna. Era o que Rahner qualificaria como a “teologia do Denzinger”, isto é, uma teologia baseada principalmente nos documentos de concílios e do magistério.<sup>3</sup>

Enquanto isso, a modernidade avançava: ilustração, técnica, progresso, a Revolução Russa de 1917 se estendia pelo Leste Europeu e parte do Leste Asiático, as duas guerras mundiais ensanguentavam o horizonte, os países do chamado Terceiro Mundo cobravam autonomia e independência e faziam escutar sua voz. Novas filosofias e novos modos de pensar se afastavam cada vez mais do pensamento cristão tradicional.

Porém, nem tudo era quietude no seio da Igreja católica. Entre a primeira e a segunda Guerra Mundial, uma série de movimentos teológicos surgiu, sobretudo na Europa Central, e eles semearam o terreno para a colheita que logo o Vaticano II devia colher. Este aspecto tem sido amplamente estudado<sup>4</sup> e bastará enunciar seus principais componentes.

3 H. Denzinger, jesuíta alemão, é autor de uma obra clássica que recolhe os textos de concílios e do magistério pontifício. Esta obra tem sido atualizada nos últimos anos, com a colaboração de outros autores como Rahner, Schönmetzer, Hünermann.

4 Veja-se o livro clássico de R. AUBERT, *La théologie catholique au milieu du XX.e siècle*, Tournai 1954

O movimento bíblico (Escola bíblica de Jerusalém, Instituto bíblico de Roma...) se aproximava da Bíblia com novas perspectivas e novas metodologias histórico-críticas. O movimento patrístico (De Lubac, Daniélou...) descobria a importância dos Santos Padres latinos e orientais e enriquecia a teologia, a espiritualidade e a pastoral com novas edições dos Santos Padres (coleção *Sources chrétiennes...*). O movimento litúrgico (mosteiros de Solesmes, Maria Laach, Montserrat...) valorava a assembleia litúrgica e centrava-se na celebração do mistério pascoal. O movimento ecumênico (Couturier, Congar...) começara o diálogo com protestantes, anglicanos e ortodoxos, encerrando assim uma etapa de confrontação e apologética. A pastoral também abria novos caminhos, sobretudo em contato com jovens, ambientes descristianizados e operários. É a época dos padres operários e dos questionamentos sobre se os chamados países cristãos não são agora países de missão. Nasce uma nova sensibilidade social, fruto tanto de um aprofundamento cristológico da vida de Jesus de Nazaré (Cardijn, Abbé Pierre, Gauthier, Voillaume, estudos bíblicos de Dupont e Gelin...) como do diálogo com as ciências sociais, em concreto com o marxismo. Aparece também a chamada teologia das realidades terrestres, que valoriza as ciências, a econo-

mia, a história, a política, o progresso, o corpo e o sexo (Thils). Enfim, Teilhard de Chardin abre novas perspectivas à teologia a partir de uma visão evolucionista do cosmos.

E todos estes movimentos se focalizam em centros de estudos teológicos europeus como Lyon-Fourvière, Lovaina, Le Saulchoir-Paris, Innbruck, Munique, Tübingen, etc., de onde emergem figuras teológicas relevantes como Rahner, Balthasar, Chenu, Congar, Daniélou, Schillebeeckx... que substituem a teologia escolástica dominante até então por uma teologia mais bíblica, antropológica e histórica. Estes teólogos não só conheciam as fontes e a tradição da Igreja, senão que dialogavam com o mundo moderno, sendo que alguns viveram a guerra e foram prisioneiros, participaram de encontros ecumênicos, estiveram em contato com padres operários, com cientistas, com marxistas...

Esta “nova teologia” foi censurada por Pio XII em sua encíclica *Humani generis* (1950), mas estes teólogos sancionados e, em alguns casos, destituídos de suas cátedras serão logo os grandes teólogos do Vaticano II.

Digamos que, em nível eclesiológico, também se prepara o terreno para a eclesiologia do Vaticano II tanto com os estudos bíblicos sobre o conceito de povo de Deus (Cerfaux, Koster...) como do ponto de vista dog-

mático, com os aportes de Mersch e Tromp, que logo desembocarão na encíclica *Mystici corporis* de Pio XII (1943), que apresenta uma visão menos jurídica e mais mística da Igreja.

Toda esta renovação teológica e eclesial, que surge a partir das bases da Igreja, encontrou em João XXIII seu catalisador. Sem sua figura não se compreende o Concílio.

### 3 O Concílio

O que algum analista tem chamado de “o mistério Roncalli”, se pode em parte esclarecer recordando a biografia do então futuro João XXIII.

#### 3.1 *Howe um homem enviado por Deus, chamado João...*

Angelo Giuseppe Roncalli, nascido em 1881 no povoado italiano de Sotto il Monte, de família camponesa, pobre e profundamente cristã, nunca se envergonhou de suas raízes e sempre conservou a simplicidade e sabedoria do campo. Estudou história da Igreja, especialmente as épocas de Gregório Magno e de Carlos Borromeo, o reformador tridentino de Milão, o qual o

ajudou a ter uma visão histórica e dinâmica da Igreja. Na Primeira Guerra Mundial atuou como capelão, atendendo os soldados feridos que se recuperavam no hospital militar. Foi secretário do progressista bispo de Bérgamo Radini Tedeschi e, após alguns anos de docência no seminário de Bérgamo, foi injustamente acusado de modernismo, fato que lhe fez compreender logo a situação dos teólogos expulsos de suas cátedras por Pio XII.

Nomeado delegado apostólico na Bulgária e, mais adiante, na Turquia e na Grécia, nações de tradição cristã ortodoxa, viveu e sofreu a tragédia da divisão da Igreja e valorizou a importância do ecumenismo: ele sublinhará mais o que une do que aquilo que divide. Durante a Segunda Guerra Mundial ajudou na evacuação da população judaica perseguida e as famílias dos prisioneiros de guerra. Sua posterior estadia como Núncio em Paris (1944-1952) abriu-o à modernidade: eram os anos de Teilhard de Chardin, dos padres operários, da renovação teológica francesa (a *nouvelle théologie*) e dos desafios pastorais sobre a “França, país de missão”. Finalmente, alguns anos como arcebispo em Veneza (1953-1958) fizeram-no compreender o difícil que era proclamar o evangelho numa sociedade moderna.

### 3.2 *Um Papa de transição?*

Com a morte de Pio XII em 1958, Roncalli foi eleito Papa na qualidade de Papa de transição, pois não se considerava fácil superar o pontificado da figura nobre, culta e em muitos aspectos extraordinária do Papa Eugênio Pacelli.

Roncalli representava outro estilo humano e eclesial, um Papa camponês, baixo e gordinho, bonachão e perspicaz, que começou dando uma guinada histórica ao assumir o nome de João XXIII, nome de um antipapa deposto pelo Concílio de Constança. Em seus 77 anos de idade, surpreendeu todo o mundo ao convocar, em 1959, um Concílio Ecumênico que devia completar o que o Vaticano I (1870) deixara inacabado, mas que não devia ser a mera continuação deste, senão um novo Concílio, o Vaticano II. Ele mesmo reconheceu que esta ideia “lhe brotou do coração e aflorou aos seus lábios como uma graça de Deus, como uma luz do alto, com suavidade no coração e nos olhos, com grande fervor”.

Muitos eclesiásticos ficaram atônitos, acreditaram que o Papa era ingênuo, precipitado, impulsivo, inconsciente das dificuldades que se deveria enfrentar com a própria cúria romana, ou que talvez caducasse. No entanto, a ideia despertou grande entusiasmo em todos os movimentos eclesiais e teológicos da época, teve um

grande impacto ecumênico e suscitou em todo o mundo cristão uma grande esperança. Na realidade, João XXIII não continuou a trajetória de Pio XII, cume da Igreja de Críandade, senão que mudou de modelo eclesial: queria uma Igreja que voltava às fontes da fé e respondia aos sinais dos tempos.

O Papa buscava o *aggiornamento* da Igreja, palavra típica roncalliana que significava a colocação em dia da Igreja, o diálogo com o mundo moderno, a inculturação nas novas culturas, a volta às fontes vivas da Tradição cristã, uma renovação doutrinal e pastoral, um salto para diante, para incrementar a fé, renovar os costumes do povo cristão e pôr em dia a disciplina eclesiástica. Como o Papa o expressou a um bispo africano, tratava-se de abrir a janela para que um ar novo entrasse na Igreja e sacudisse o pó acumulado durante séculos.

Pouco a pouco foram se concretizando mais os fins do Concílio: o diálogo com o mundo moderno, a renovação da vida cristã, o ecumenismo e o retorno à Igreja do rosto da Igreja dos pobres.

E começaram quatro anos de preparação, com consultas a toda a Igreja, das quais saíram algumas petições tão díspares como a condenação do comu-

nismo, o fomento da devoção a São José ou a moralidade nas praias.

Uma surpresa maior causou o discurso inaugural do Concílio aos 11 de outubro de 1962. A Igreja, disse João XXIII, não quer condenar ninguém, prefere usar a compaixão e a misericórdia, deseja abrir-se ao mundo moderno e a todos os cristãos, oferecer-lhes a mensagem renovada do Evangelho. Em face “dos profetas de calamidades”, João XXIII professa um otimismo esperançoso baseado na ação de Deus na história. Também distingue o conteúdo essencial da fé das adaptações às novas circunstâncias do tempo e da cultura.

Este discurso, segundo o historiador Alberigo, constitui o ato mais relevante do pontificado roncalliano e um dos mais desafiadores da Igreja na idade moderna. É, como o Papa queria, um salto para diante.

Quando, na noite daquele dia histórico, o Papa – cansado da longa cerimônia da inauguração – assomou junto à Praça de São Pedro, iluminada e repleta de povo, ponderou a lua que brilhava, saudou a todos e pediu aos pais que, ao chegarem aos seus lares, abraçassem os seus filhos de parte do Papa. Algo estava mudando na Igreja... Os gestos do Papa João refletiam este novo estilo.

Inaugurado o Concílio, logo se viu que os bispos chegados de todo o mundo a Roma não iriam se limitar a aprovar sem mais os documentos que as comissões da cúria vaticana haviam preparado. As intervenções na aula conciliar dos cardeais Joseph Frings, da Alemanha, e Achille Liénart, da França, conseguiram que se criassem novas comissões com os bispos da *periferia*, como eram chamados os vindos de fora.

Mas, toda esta ilusão pareceu vir abaixo quando, ao terminar a primeira sessão do concílio, os rumores da enfermidade do Papa se difundiram por toda parte. A morte serena e fiel de João XXIII, aos 3 de junho de 1963, impactou não só a Igreja, senão todo o mundo. Ficava pairando no ar a interrogação sobre o futuro do Vaticano II.

O novo Papa, Paulo VI, cardeal Giovanni Battista Montini, assegurou a continuidade conciliar. Montini tinha uma índole diferente da de João XXIII: menos carismático, menos intuitivo, homem da cúria vaticana, intelectual, bom conhecedor da teologia, sobretudo francesa, dubitativo – chamavam-no de Hamlet –, buscava acima de tudo o bem e a unidade da Igreja e conduziu o Concílio a bom termo. Porém, no pós-concílio, sofreu muito e chegou a dizer que o demônio havia entrado na Igreja...

### 3.3 Chaves de leitura do Vaticano II

Mais do que explicar detalhadamente os 16 documentos do concílio (4 constituições, 9 decretos e 3 declarações), o seu contexto, sua gênese e sua hermenêutica, preferimos dar algumas chaves de leitura que permitam detectar as constantes de fundo de todos os documentos que revelam o espírito de *aggiornamento* conciliar de João XXIII.<sup>5</sup>

#### 3.3.1 Nova postura ante o mundo: “legítima autonomia da criação”

Isto traduz a postura de João XXIII de realismo e abertura a todo o mundo, sua bondade, seu olhar terno, o buscar fazer bem a todos e não ser profetas de calamidades, mas otimistas e misericordiosos.

A teologia anterior era profundamente dualista (corpo e alma, terra e céu, mundo e Igreja, profano e sa-

<sup>5</sup> Para um estudo mais completo do Vaticano II remetemos às obras especializadas: G. ALBERIGO (dir.), *Historia del Concilio Vaticano II*, V volumes, Salamanca, Sígueme, 2008. S. MADRIGAL, *Unas lecciones sobre el Vaticano II y su legado*, Santander, Sal Terrae, 2012. E. VILANOVA, *El Concili Vaticà II*, Barcelona, Facultat de Teologia de Catalunya 1995; J. M. ROVIRA BELLOSO, *Vaticano II: Um concilio para el tercer milênio*, Madrid, B.A.C., 1997.

grado, natureza e graça...). O Vaticano II, sobretudo em *Gaudium et Spes (Constituição pastoral sobre a Igreja no mundo contemporâneo)* abandona esta postura para afirmar que Deus e o mundo não são dois rivais, mas que o mundo é obra de Deus, Deus é o mistério último do mundo, o mundo é sacramento de Deus, o mundo é constitutivo da Igreja e do cristianismo, portanto só existe uma história única de salvação. A Igreja não se considera superior ao mundo ou contra o mundo moderno, senão que está inserida no mundo e na história. Passa-se do anátema ao diálogo, leva-se a sério o progresso humano e se reconhece a autonomia da criação [GS 36]. Por isso, a Igreja não só dá, senão que recebe do mundo [GS 44], e nem sempre os pastores têm a resposta a todas as questões [GS 43].

Por isso, o Vaticano II inicia um novo método teológico, indutivo. É a chamada doutrina dos sinais dos tempos [GS 4: 11; 44], que descobre Deus nos acontecimentos, sabendo que o Espírito do Senhor dirige a história e derrama sementes do Verbo em todas as culturas. Inicia-se uma teologia pastoral que não é simples aplicação do dogma à prática, mas que vê o pastoral como constitutivo da própria teologia, como ponto de partida e ponto de chegada. O Vaticano II será um Concílio pastoral.

Para exemplificar o que foi dito, podemos ver como o Vaticano II possui uma valoração positiva de toda a criação, da pessoa humana [GS 12-17], do trabalho [GS 33-36], da cultura [GS 53-62], afirmando que os bens da terra estão destinados a todo o mundo [GS 69]. Dentro desta valorização da pessoa, destaca-se o respeito à liberdade religiosa, afirmação inovadora, pois, em 1832, o Papa Gregório XVI, em *Mirari vos*, a chamava delírio e erro pestilento, e Pio XI, em 1864, a condenava no *Syllabus*. O documento *Dignitatishumanae* está consagrado a defender a liberdade religiosa: cada pessoa tem o direito de seguir sua própria consciência em matéria religiosa.

Mas o concílio não é ingênuo, reconhece a presença do mal e do pecado no mundo e uma luta constante entre a luz e as trevas [GS 13].

Por isso mesmo, condena tudo aquilo que destrói a dignidade da criação, o pecado que escraviza a pessoa humana [GS 13-14], o ateísmo [GS 19-21], a discriminação racial, sexual ou cultural [GS 29], o egoísmo que degrada o trabalho humano [GS 37] e a cultura [GS 56], as desigualdades econômicas [GS 66], o totalitarismo e a ditadura [GS 75], a tortura e a guerra [GS 82]. E tudo isso está fundado em Cristo, o homem novo [GS 22, 45].



Consequentemente, a missão da Igreja não é simplesmente religiosa e espiritualista, mas integral e pode dizer sua palavra evangélica à sociedade, sempre que o exija o bem das pessoas [GS 22, 45].

### **3.3.2 Redescoberta da comunidade: “O Senhor constituiu um povo”**

Frente a uma situação marcada pelo individualismo econômico, social, político e religioso, se redescobre a importância da dimensão comunitária. O ser humano é social, varão e mulher [GS 12], a família é a primeira comunidade humana [GS 47-52], a vida humana é chamada à comunidade, para formar uma só família entre todos, à imagem da Trindade, buscando o bem comum de todos [GS 23-32], uma comunidade econômico-social, onde os bens sirvam a todos [GS 63-72], uma comunidade política que respeite os direitos de todos e busque o bem comum [GS 63-72], uma comunidade internacional em paz, colaboração e justiça [GS 77-91]. Isto se fundamenta em Cristo que quer formar a comunidade dos filhos de Deus [GS 32].

Porém, esta dimensão comunitária insinuada já em *Gaudium et spes* alcança sua dimensão eclesial na *Constituição dogmática sobre a Igreja, a Lumen gen-*

*tium*. O primeiro esquema elaborado pela cúria romana foi rechaçado por ter sido considerado clerical, triunfalista e legalista, isto é, típico da Igreja de cristandade do segundo milênio. O novo documento define a Igreja como uma comunidade unida pelo Pai, o Filho e o Espírito [LG 4], povo de Deus [LG II] e marcha para a escatologia [LG VII], mistério e sacramento de salvação [LG 1], precisamente enquanto comunidade que nasce do batismo e que responde ao plano de Deus que quis salvar a humanidade, não de forma isolada, senão constituindo um povo que O conhecesse e servisse santamente [LG 9].

Por isso, foi uma verdadeira revolução eclesiológica antepor o povo de Deus [LG II] à hierarquia [LG III], aos leigos [LG IV], à vida religiosa [LG VI]. A hierarquia e os diversos carismas estão ao serviço do povo de Deus, se orientam à comunidade e são colegiais. A afirmação da colegialidade episcopal de todos os bispos com o Papa se situa nesta visão comunitária e sinodal da Igreja [LG 22-23]. A eclesiologia da *Lumen Gentium*, centrada no povo de Deus, na Igreja local e na colegialidade episcopal será, acima de tudo, uma eclesiologia de comunhão. Deste modo, passa-se da eclesiologia de Cristandade do segundo milênio à eclesiologia de comunhão típica do primeiro milênio.

Esta preocupação pela comunidade e a comunhão é o que leva a abordar o tema do ecumenismo com as Igrejas cristãs [LG 15] e o diálogo com as religiões não cristãs [LG 16], que se desenvolve mais amplamente no *Documento sobre o ecumenismo (Unitatis redintegratio)* e na *Declaração sobre a relação da Igreja com as religiões não cristãs (Nostra aetate)*, respectivamente.

Depois do Vaticano II, este espírito comunitário se refletirá nas conferências episcopais, nos sínodos, nos conselhos pastorais, na preocupação pela paz no mundo, nos diálogos... O próprio Papa Paulo VI dedicou sua primeira encíclica *Ecclesiam suam*, ao Diálogo.

Pois bem, um lugar prioritário onde se manifesta o mistério da Igreja comunidade e comunhão é a celebração litúrgica, sobretudo a eucaristia. Por isso, não é casual que o primeiro documento aprovado pelo concílio fosse a *Constituição dogmática sobre a liturgia (Sacrosanctum concilium)*, que recolhe e aprofunda as contribuições do movimento litúrgico dos anos 50.

Já vimos como a liturgia eucarística pré-conciliar, idêntica desde Trento (1545-1563), refletia a eclesiologia de Cristandade. Uma mudança de eclesiologia implica também uma mudança litúrgica, porque a liturgia é a celebração da salvação de Cristo em comunidade e nos faz penetrar no mistério pascal: a eucaristia é fonte e cume da vida cristã [SC 10].

A liturgia, segundo o Vaticano II, não é uma ação exclusiva do sacerdote, senão que toda a assembleia é o sujeito da celebração, as ações litúrgicas não são devoções privadas, senão celebrações de toda a Igreja, de todo o povo de Deus [SC 26] que participa ativamente na celebração [SC 17; 18; 30]. Ela é necessária tanto para o clero como para os fiéis, é uma reforma e educação litúrgica [SC 15-18]. A Palavra é a que dá Espírito à liturgia [SC 25;33].

Consequência desta nova visão teológica é a reforma litúrgica com as transformações nos ritos: língua do povo, leituras bíblicas abundantes e escolhidas, reforma do marco da celebração: altar de frente para o povo, sede no centro, sacrário a um lado, prece dos fiéis, saudação da paz, comunhão sob as duas espécies, renovação dos rituais dos sacramentos, etc.

Todas estas reformas litúrgicas não são uma concessão à moda, senão a forma concreta de expressar que a Igreja é uma comunidade de batizados na qual todos somos iguais ante a Palavra e diante de Deus.

### **3.3.3 Retorno às fontes: “Cristo mediador e plenitude da revelação”**

João XXIII era um homem tradicional, porém arraigado na verdadeira Tradição, que queria que a Igreja

fosse como a fonte dos povos, sempre disposta a oferecer a todo o mundo a água viva do evangelho, mas sem forçar ninguém a beber desta água.

A Igreja de cristandade havia vivido muito centrada em leis, normas e estruturas. Pio VII, em 1816, mandou o bispo Mohilev retratar-se, por haver recomendado a todos os cristãos a leitura da Palavra de Deus; agora o Vaticano II propicia uma volta às fontes, às origens da verdadeira Tradição, a Cristo. Por isso, o Concílio retorna à Palavra de Deus, sobretudo na *Constituição dogmática sobre a Palavra de Deus (Dei Verbum)*. Esta aproximação à Palavra propiciará o diálogo com as Igrejas da Reforma.

Seguindo as pistas do movimento bíblico, o Concílio devolve à Palavra o lugar central na vida cristã: “Desconhecer a escritura é desconhecer a Cristo” (DV 25, citando São Jerônimo). Se a teologia tradicional considerava a Revelação como um conjunto de verdades que Deus nos havia comunicado (ou inclusive ditado) e que constituíam como que “o depósito da fé”, o Concílio entende a Revelação como a comunicação viva de Deus na história por meio de Jesus e do Espírito: a revelação não são ideias, é a vida do Espírito que nos comunica na pessoa de Jesus.

Assim aparece que o primeiro não é a busca de Deus por parte do ser humano, mas a livre comunicação do Senhor à humanidade na criação e na história. A revelação nos é comunicada não só através de palavras, mas também através dos fatos, como a libertação do Êxodo ou o Mistério Pascal de Jesus. Deus, que nos falou no passado através de seu Filho, mantém hoje um diálogo com a esposa de seu Filho, a Igreja (DV 8).

Através da contemplação, do estudo, da experiência espiritual e da pregação, a revelação pode ser mais bem compreendida e aprofundada (DV 8). Pode ser estudada cientificamente e com métodos modernos, porém sempre dentro da fé da Igreja, que tem o Espírito do Senhor. Frente aos que desejam falar das fontes da Revelação, o Vaticano II afirma que a Tradição da Igreja e a Escritura (CV 9) procedem da mesma e única fonte: Cristo e seu Espírito.

Para o Concílio, a Palavra revelada na Escritura (DV) está presente na Igreja (LG1-2;8) e atuante na liturgia (SC) e deve ser a alma do estudo da teologia. Toda a Igreja está sob a Palavra de Deus. Esta afirmação conciliar se aprofundará logo na Igreja e encontrará uma nova expressão na Exortação pós-sinodal de Bento XVI, *Verbum Domini* (2010).

É interessante também recordar que o *Decreto sobre o ecumenismo (Unitatis Redintegratio)* afirma que existe uma hierarquia de verdade, de modo que nem todas têm a mesma força e importância (UR 11). Não é a mesma coisa negar a divindade de Jesus que o primado de Pedro.

### 3.3.4 Redescoberta do Espírito: “O Espírito do Senhor enche o universo”

João XXIII via o Vaticano II como um sopro do Espírito na Igreja, como renovação e *aggiornamento*, um verdadeiro Pentecostes. O vento que devia renovar a Igreja e sacudir o pó de séculos passados era o sopro do Espírito.

O Espírito, muito esquecido pela teologia e pela Igreja latina, é redescoberto pelo Vaticano II. Para isso contribuiu, sem dúvida, a presença no Concílio dos observadores cristãos, sobretudo dos cristãos ortodoxos da Igreja oriental, que sempre atribuem aos católicos sua pouca sensibilidade ao Espírito. Este Espírito é a chave silenciosa e oculta, porém presente e vivificante, que ilumina todos os documentos conciliares. O concílio é um acontecimento do Espírito que sopra onde quer.

O Concílio reconhece e reafirma que o Espírito atua no mundo, no Antigo Testamento, nos profetas, em Jesus, e é ele que vivifica, santifica, guia, instrui, unifica, renova e rejuvenesce a Igreja [LG 4]. O Espírito inspira as Escrituras, as quais devem ser lidas à luz do mesmo Espírito [DV 7; 9; 12; 18; 21]. O Espírito atua nos sacramentos da Igreja e, sobretudo, na Eucaristia [SC 6, 43]. O Espírito unge interiormente os fiéis e lhes dá o sentido da fé e sua adesão infalível a ela [LG 12], derrama dons e carismas sobre todos os batizados [LG 12], suscita vocações à vida religiosa [LG 44-45] e transfigura a história e o mundo para a plenitude escatológica do Reino [GS 37-39]. A vida cristã é, pois, uma vida segundo o Espírito.

O Espírito é quem suscitou o movimento ecumênico nestes últimos anos [UR 1, 4] e quem atua nas restantes comunidades cristãs [LG 15; UR 3-4]. Mais ainda, se o Vaticano II afirma que fora da Igreja há possibilidade de salvação – porque a Providência não nega os auxílios necessários para a salvação aos que, sem conhecer a revelação, seguem uma vida reta [LG 16] – é porque o Espírito Santo oferece a todos a possibilidade de que, na forma só por Deus conhecida, se associem ao mistério pascal de Cristo [GS 22]. No fundo do *Decreto sobre o ecumenismo (Unitatis redintegratio)* e da *Declaração da*

*relação com os não cristãos (Nostra aetate)* subjaz a misteriosa, porém eficaz, presença do Espírito. Este mesmo Espírito é quem move, a partir de dentro, a atividade missionária da Igreja (*Ad gentes*).

Porém o Espírito não só é quem conduz a Igreja à sua plenitude escatológica, senão é Ele quem dirige a história da humanidade, enche o universo e se manifesta nos sinais dos tempos [GS 4; 11; 44]. Por isso mesmo, reconhecer a liberdade religiosa (*Dignitatis humanae*) não é ceder à moda do relativismo nem negar a identidade cristã, e sim responder a um sinal dos tempos do Espírito.

### **3.4 A síntese final de Paulo VI: uma espiritualidade samaritana**

O discurso de fechamento do Vaticano II de Paulo VI, de 8 de dezembro de 1965, sintetiza toda esta novidade:

“A religião do Deus que se fez homem, encontrou-se com a religião – porque tal o é – do homem que se fez Deus. O que aconteceu? Um choque, uma luta, uma condenação? Podia ter-se dado, porém não se produziu. A antiga história do samaritano foi a pauta da espiritualidade do Concílio. Uma simpatia imensa impregnou tudo. A descoberta das necessidades humanas – e

são tanto maiores quanto maior se faz o filho da terra – absorveu a atenção de nosso Sínodo.” (nº 8).

“E, se recordarmos, veneráveis irmãos e filhos todos aqui presentes, como o rosto de cada homem, especialmente se fez-se transparente por suas lágrimas e por suas dores, podemos e devemos reconhecer o rosto de Cristo (Mt 25, 40), o Filho do homem, e, se no rosto de Cristo podemos e devemos ademais reconhecer a face do Pai celestial – ‘Quem vê a mim’ – disse Jesus – ‘vê também o Pai’ (Jo 14, 9), nosso humanismo se faz cristianismo, nosso cristianismo se faz teocêntrico, tanto que podemos afirmar também: para conhecer a Deus é necessário conhecer o homem.” (nº 16)

O espírito do *aggiornamento* de João XXIII havia invadido todo o concílio, do começo ao fim.

## **4 Interlúdio testemunhal: minhas vivências do concílio**

Vivenciei em Roma a etapa do Concílio de Paulo VI (1963-1965) enquanto preparava o doutorado em teologia. O acontecimento conciliar transbordava a aula do Vaticano e inundava as ruas. A cidade vibrava com um entusiasmo, uma paixão e alegria até então desconhecidos. Os debates e as votações conciliares

eram seguidos dia a dia. Disputávamos os comentários da sala de imprensa vaticana e devorávamos as crônicas de conhecidos periodistas como Raniero La Valle em *L'Avenire d'Italia*, Henri Fesquet em *Le Monde* ou Martín Descalzo em *La Gaceta del Norte*. Acudíamos à Praça de São Pedro para ver a entrada ou saída dos bispos e dos teólogos famosos.

Durante as noites havia rodas de imprensa e conferências, onde bispos, observadores e teólogos comentavam a marcha do Concílio. Karl Rahner nos falou sobre a colegialidade episcopal; Jean Daniélou, sobre o capítulo da vida religiosa; Yves Congar, sobre a Igreja; Henri de Lubac, sobre a revelação; o teólogo protestante Oskar Cullman, sobre a história da salvação; o cardeal Agustín Bea, sobre ecumenismo; Roger Schutz, sobre Taizé; Sugranyes de Franch, sobre o esquema XIII...

Num colégio romano se reuniam alguns bispos do Terceiro Mundo, encabeçados pelo brasileiro Helder Câmara, para tratar de seus problemas, delinear a nova face da Igreja dos pobres e enviar comunicados proféticos aos bispos conciliares. Alguns cardeais também proferiam conferências. Recordo as que tiveram na Gregoriana: o cardeal Franz König de Viena sobre o diálogo com as religiões não cristãs e o cardeal Pellegrino de Turim sobre os sinais dos tempos, lamentando que

a Igreja tenha sido às vezes tão pouco clarividente em captar estes sinais.

Começavam a ser ouvidos, além dos já citados, os nomes dos bispos mais avançados. Lembro-me de Suenens da Bélgica, que teve grande importância na introdução do capítulo sobre o Povo de Deus na Constituição sobre a Igreja, Alfrink da Holanda, Döpfner da Alemanha Federal, Lercaro da Itália, que teve uma famosa intervenção sobre a importância dos pobres na Igreja, o Patriarca oriental Máximos IV, célebre por sua liberdade de espírito e por falar sempre em francês, Bettazi da Itália, que defendeu com ardor a colegialidade episcopal, etc. Também se tornaram famosos os nomes dos bispos mais conservadores, como o cardeal Ottaviani, Presidente do Santo Ofício, e o bispo francês M. Lefèbvre, acérrimo inimigo da liberdade religiosa e que acabaria provocando um cisma eclesial no pós-concílio.

Acrescentemos a tudo isto as celebrações que coincidem com o Vaticano II: a viagem de Paulo VI à Terra Santa, onde abraçou o patriarca Atenágoras de Constantinopla, ou sua viagem da Bombaia, que deixou o Papa profundamente impressionado pela pobreza e religiosidade do povo indígena. O assassinato de John F. Kennedy causou profunda comoção na aula conciliar e foi celebrado um solene funeral na basílica de São João de Latrão. En-

quanto isso, o povo romano acudia com devoção à tumba de João XXIII, sempre adornada com vasos e flores.

A aula de São Pedro, com sua imensa arquibancada para 2000 bispos, ficava reservada aos bispos, teólogos, peritos e observadores de outras Igrejas. Mas com o aval de algum bispo se podia conseguir um passe para assistir como ouvinte a uma sessão conciliar.

Graças ao bispo jesuíta cubano Mons. Azcárate, pude presenciar uma manhã conciliar. Começava com a eucaristia, durante a qual uma série de bispos fazia fila para confessar-se, o que oferecia uma imagem nova de uma Igreja humilde e pecadora, consciente da necessidade do perdão de Deus. Em seguida se entronizava o Evangelho, como sinal de que tudo quanto se discutia não era mais do que um aprofundamento da Palavra de Deus e que, para De Lubac, constituía o momento mais impressionante da jornada conciliar: a Igreja está sob a Palavra.

Em seguida, iniciava-se o debate, em latim, sobre o tema do dia. Naquele dia tratavam dos matrimônios entre católicos e protestantes. Recordo que o cardeal de Londres Heenan advogava pela celebração festiva destes matrimônios para evitar a tristeza da noiva de ter que celebrar suas bodas sem flores nem música, como alguns bispos pretendiam. Na meia

manhã, bispos e peritos desapareciam e acudiam silenciosamente a uma cafeteria situada numa capela lateral – popularmente chamada *Bar Jona* – onde tomavam seu café ou Coca-Cola e compartilhavam as impressões da jornada com os teólogos peritos. Ao finalizar a sessão da manhã, o secretário do Concílio, monsenhor Pericles Felici, deu avisos para a sessão seguinte num latim ciceroniano.

Realmente, o Vaticano II foi um acontecimento do Espírito.

## 5 O pós-concílio

O desejo e as orações de João XXIII, que pedira que o Vaticano II fosse um Pentecostes para a Igreja, foi amplamente escutado pelo Senhor. O Vaticano II foi uma autêntica irrupção do Espírito sobre a Igreja, um acontecimento salvífico, um verdadeiro *kairós*, um novo Pentecostes. Há um “antes” e um “depois” do Vaticano II.

### 5.1 Uma primavera eclesial

O Vaticano II foi um concílio da Igreja sobre a Igreja, tonto em torno à própria Igreja (*ad intra*), como

em sua relação com o mundo (*ad extra*). Em todos os campos eclesiais houve uma verdadeira renovação:

- No terreno ecumênico foram levantadas as ex-comunhões mútuas entre Roma e Constantinopla, com encontros em Jerusalém e Roma entre Paulo VI e o Patriarca Atenágoras; o Primaz da Inglaterra Ramsey visitou o Papa, e Paulo VI viajou a Genebra para um encontro com as Igrejas da Reforma.
- Na liturgia, como já insinuamos mais acima, houve uma renovação dos rituais sacramentais, e em especial da eucaristia: maior abundância da Palavra, maior participação ativa dos fiéis, uso de línguas vernáculas...
- Intensificou-se o diálogo com as religiões não cristãs e com o mundo moderno em geral, num clima antes desconhecido de diálogo e respeito à liberdade religiosa.
- A nível eclesial surgem novas formas de participação e colegialidade: conferências episcopais, sínodos de bispos em Roma, conselhos pastorais diocesanos e paroquiais, assembleias e sínodos diocesanos e nacionais...
- Há uma renovação teológica e espiritual na formação sacerdotal, na vida religiosa, no laica-

to que toma consciência de seu protagonismo eclesial.

- A nível teológico se dá um aprofundamento bíblico, patrístico, litúrgico, eclesial e pastoral, com maior abertura à realidade e aos sinais dos tempos.

Enfim, nasce uma nova mentalidade que se chamará “conciliar” para distingui-la da “pré-conciliar de antes do Vaticano II”.

Estas mudanças refletem as mudanças eclesiológicas produzidas no Concílio:

- Da Igreja de Críandade, típica do segundo milênio, centrada no poder e na hierarquia, passa-se à Igreja do terceiro milênio, que recupera a eclesiologia de comunhão, típica do primeiro milênio, e abre-se ao desafio dos novos sinais dos tempos [GS 4; 11; 44].
- De uma eclesiologia centrada em si mesma, se abre a uma Igreja orientada ao Reino, do qual a Igreja é, na terra, semente e começo [LG 5].
- De uma Igreja sociedade perfeita, tão visível e histórica como a República de Veneza ou o Reino dos francos (segundo Roberto Belarmino), se passa a uma Igreja mistério, radicada na Trinda-



- de, uma multidão congregada pela unidade do Pai, do Filho e do Espírito Santo [LG 4].
- De uma eclesiologia exclusivamente cristocêntrica (“cristomonista” segundo a formulação de teólogos do Oriente), se passa a uma Igreja que vive tanto sob o princípio cristológico como sob o princípio pneumatológico do Espírito, que a rejuvenesce, a renova e a conduz à união consumada com Cristo [LG 4].
  - De uma Igreja centralista a uma Igreja corresponsável e sinodal, que respeita as Igrejas locais, nas quais e pelas quais existe a Igreja universal [LG 23].
  - De uma Igreja identificada com a hierarquia a uma Igreja toda ela Povo de Deus, com diversos carismas e ministérios [LG II].
  - De uma Igreja triunfalista que parece ter chegado à glória, a uma Igreja que caminha na história em direção à escatologia e se enche do pó do caminho [LG VII].
  - De uma Igreja senhora e dominadora, mãe e mestra universal, a uma Igreja servidora de todos e em especial dos pobres, nos quais reconhece a imagem de seu Fundador pobre e paciente [LG 8].

- De uma Igreja comprometida com o poder, a uma Igreja enviada a evangelizar os pobres, com os quais se sente solidária [GS 1; LG 8].
- De uma Igreja arca da salvação, a uma Igreja sacramento de salvação [LG 1; 9; 48], em diálogo com as outras Igrejas e com as outras religiões da humanidade, em pleno reconhecimento da liberdade religiosa.

Neste sentido, tem-se dito que o Vaticano II foi um Concílio de transição, entendida esta transição como a passagem de uma eclesiologia tradicional a outra renovada<sup>6</sup>. É a passagem do anátema ao diálogo, um verdadeiro *aggiornamento* da Igreja que, para alguns, quicá excessivamente otimistas, significa o réquiem do Constantinismo, a tumba da Igreja de cristandade. No entanto, segundo Comblin, a euforia do concílio durou somente 3 ou 4 anos.

## 5.2 Da primavera ao inverno eclesial

Assim como na primavera se produzem degelos que acabam em avalanches de neve e em perigosos des-

<sup>6</sup> A. J. DE ALMEIDA, *Lumen Gentium. A transição necessária*, São Paulo, 2005.

lizamentos, a colocação em prática do Vaticano II, após quinze séculos de Constantinismo eclesial, produziu muitas reações e exageros no seio da Igreja. A partir da sociologia isto não deveria causar-nos estranheza, pois uma grande massa de fiéis não muda facilmente o seu modo tradicional de pensar e de agir.

Alguns teólogos conservadores resistiram em aceitar o Vaticano II, acreditaram que a Igreja dobrava seus joelhos ante a Modernidade (J. Maritain, L. Bouyer...). Muito pior e mais intransigente foi a postura do Mons. Marcel Lefèbvre, que acabou formando um grupo dissidente (Fraternidade de Pio X) e que, ao proceder à nomeação de seus próprios bispos, foi excomungado por João Paulo II (1988). A questão litúrgica (o desejo de voltar à liturgia latina de Pio V) não foi o mais importante: no fundo havia uma rejeição frontal do Vaticano II, ao qual acusava de protestantismo e modernismo.

Estas posturas reacionárias eram alimentadas por uma interpretação excessivamente livre e alegre do Vaticano II da parte de alguns grupos progressistas, como se o Vaticano II houvesse operado uma ruptura com a verdadeira Tradição eclesial do passado, o que produziu excessos, abusos em áreas dogmáticas, litúrgicas, morais, ecumênicas, na missão *ad gentes*. O que foi mais doloroso foi o abandono do ministério

da parte de muitos sacerdotes e de membros da vida consagrada.

A isto se somou um descenso da prática dominical e sacramental, o aumento de divórcios, a indiferença religiosa, a diminuição das vocações sacerdotais e religiosas, um ambiente muito secularizado e crítico frente à Igreja. Todo o negativo foi atribuído ao Concílio.

Já Paulo VI, desde maio de 1968, se sente preocupado pela contestação na Igreja e coloca o tema da interpretação do concílio por medo de que, em nome do espírito do concílio, se vá além de seus textos. E começa uma nova etapa na qual ele atua por sua conta e, sem contar com os bispos, publica a encíclica sobre o celibato (*Sacerdotalis coelibatus*), a Profissão de fé do Papa (1968) e a encíclica contra os anticonceptivos (*Humanae Vitae*), contra o parecer majoritário da comissão pontifícia criada por ele.

Isto explica o fato de que pessoas muito responsáveis e representativas da Igreja fizessem uma crítica, se não do Vaticano, certamente de sua aplicação. Aqui é preciso assinalar a entrevista que manteve o cardeal Joseph Ratzinger, então Prefeito da Congregação da Fé, com o periodista italiano Vittorio Messori em 1985<sup>7</sup>.

7 V. MESSORI/J. RATZINGER, *Informe sobre la fe*, Madrid, B.A.C. 1985.

Ratzinger não critica o Concílio, senão o antiespírito do Concílio que se introduziu na Igreja, fruto dos embates da modernidade e da revolução cultural, sobretudo do Ocidente. Não defende uma volta atrás, senão uma restauração eclesial, uma volta aos autênticos textos conciliares para buscar um novo equilíbrio e recuperar a unidade e integridade da vida da Igreja e de sua relação com Cristo. Não se sente muito inclinado a ressaltar a historicidade da Igreja, nem os sinais dos tempos, nem o conceito de Povo de Deus, nem a apoiar as conferências episcopais que asfixiam o papel do bispo local. Crê que os últimos vinte anos após o Concílio foram desfavoráveis para a Igreja e opostos às expectativas de João XXIII. Nem a teologia da libertação da América Latina, nem as religiões não cristãs, nem o movimento feminista gozam de sua simpatia. O tom do diálogo é antes pessimista e sombrio, enquanto para ele um raio luminoso de esperança constituem-no os novos movimentos laicais e carismáticos.<sup>8</sup>

Frente a esta postura crítica de Ratzinger sobre o pós-concílio, o cardeal de Viena, Franz König, que de-

sempenhou papel muito importante no Vaticano II, escreveu o livro *Igreja, aonde vais?*<sup>9</sup>, onde afirma que a minoria conciliar via o concílio como uma ameaça e utilizou todo o seu poder para esvaziá-lo de seu conteúdo. Para König, a Igreja de hoje, sem o Vaticano II, teria sido uma catástrofe e, segundo König, são suspeitas as tentativas atuais de restauração eclesial.

Esta mudança de clima eclesial que se inicia nos tempos de Paulo VI se consolidará ao longo do pontificado de João Paulo II, o qual, como se disse, era pós-marxista e avançado no campo social, porém no campo eclesial tinha uma mentalidade pré-moderna.<sup>10</sup>

Em 1984, João Paulo II concede aos bispos diocesanos permitirem a missa em latim, segundo o rito anterior ao concílio e, em 1985, convoca um sínodo extraordinário sobre o concílio, o qual defendeu a identidade do Vaticano II frente a seus impugnadores, mas que substituiu o conceito de Povo de Deus pelo de Igreja comunhão e Corpo de Cristo (o conceito Povo de Deus parecia propenso a ser interpretado sociológica e politicamente), ressaltou a importância da santidade e da cruz na Igreja (seguramente se acreditava que *Gaudium et Spes* era demasiado

8 Para compreender o pensamento teológico de J. Ratzinger pode ajudar o texto de J. MARTINEZ GORDO, *La cristologia de Josef Ratzinger – Benedicto XVI. A la luz de su biografía teológica*, Barcelona, Cristianisme i Justícia, Cuaderno 158.

9 K. KÖNIG, *Iglesia, ¿adondevas?*, Santander, Sal Terrae, 1986.

10 J. I. GONZÁLEZ FAUS, *Comprender a Karol Wojtyła*, Santander, Sal Terrae, 2005.

otimista e humanista), mudou a palavra pluralismo por pluriformidade e tentou ler *Gaudium et Spes* a partir da *Lumen Gentium*, e não o contrário.

A minoria conciliar, que foi “derrotada” pelo Vaticano II, pouco a pouco foi arvorando a interpretação e condução do Vaticano II (Alberigo). Lentamente fomos passando da primavera ao inverno conciliar (K. Rahner), a uma volta à grande disciplina (J. B. Libânio), a uma restauração eclesial (G. C. Zizola), a uma noite escura eclesial (J. I. González Faus). À revista *Concilium*, liderada pelos grandes teólogos conciliares, se acrescenta em 1972 a revista *Communio*, inspirada por Hans Urs von Balthasar, com uma linha teológica diferente. Von Balthasar parece constituir-se na grande figura teológica do pós-concílio, frente a Rahner, que foi do concílio. Algo está mudando.

Muitos dos documentos eclesiológicos do magistério que se produziram no tempo de João Paulo II, como *Apostolos suos* (1998), sobre as conferências episcopais, *Communis notio* (1992), sobre as Igrejas locais, e a *Instrução sobre a colaboração dos fiéis leigos no ministério dos sacerdotes* (1987), marcam um claro retrocesso com respeito à inspiração mais profunda do Vaticano II.<sup>11</sup>

11 J. MARTINEZ GORDO, “Datos y razones de la involución eclesial”, *Éxodo*, nº 109, junho de 2011, págs. 5-12.

Fala-se do fim dos experimentos, o Direito canônico se converte na norma de interpretação autêntica do concílio, há censura a teólogos dissidentes (Pohier, Schillebeeckx, Küng, Boff, Curran, Balasurya, De Mello, Dupuis, Haight...), conflitos com algumas ordens religiosas (jesuítas, franciscanos, carmelitas...), se tenciona demolir o anterior: controle das Igrejas locais, prevalência dos núncios, eleição de bispos conservadores; questiona-se a prática das conferências episcopais e se controlam suas decisões, a colegialidade se esvazia de conteúdo, os sínodos romanos são apenas consultivos e abordam temas meramente intraeclesiais, reagindo negativamente a demandas pastorais (a comunhão de separados que voltaram a casar, celibato, acesso das mulheres ao ministério, disciplina sacramental); há uma reforma da reforma litúrgica, o governo volta a ser muito piramidal, clerical e autoritário, se dilui tudo o que se refere a comunidades de base, a opção pelos pobres é adjetivada de preferencial... e ao mesmo tempo há um apoio aos movimentos laicais de ar tradicional e pouca sensibilidade e incidência social: Opus Dei, Comunhão e libertação, Legionários de Cristo, Movimento Neocatecumenal...

Entretanto, é preciso reconhecer que João Paulo II teve alguns gestos de abertura, como a reunião de Assis com os representantes de todas as religiões (1986), o convite a repensar entre todos os cristãos o exercício atual do

primado de Pedro na Igreja, *Ut unum sint* (1996), a exortação a ser fiéis aos ensinamentos do concílio (*Ante o terceiro milênio, 20*) e a petição de perdão pelos pecados da Igreja no segundo milênio, durante o jubileu do ano 2000.

Bento XVI acede ao pontificado (2005) coincidindo com uma situação eclesial de confrontação e conflito, cresce o debate sobre a interpretação do concílio. Bento XVI fala da confrontação entre duas hermenêuticas, “a hermenêutica da descontinuidade ou ruptura e a hermenêutica da reforma”<sup>12</sup>. Em 2007 o Papa permitiu a toda a Igreja usar o ritual do missal romano de Pio V, em latim, anterior à reforma do Vaticano II de 1970 e, em 2009, levantou a excomunhão a vários bispos lefebvrianos. Estes fatos provocaram grande consternação e, inclusive, indignação em muitos setores eclesiais, pois o consideram como um erro pastoral (Hünemann), um retrocesso com respeito ao concílio e uma cessão a pressões dos grupos mais conservadores que, ao rechaçar a reforma litúrgica do Vaticano II, no fundo rechaçam a eclesiologia do Vaticano II, a liberdade religiosa e o diálogo com as religiões não cristãs<sup>13</sup>.

12 BENEDICTO XVI, *Discurso de felicitación de Navidad a la cúria romana*, 2005, AAS 98 82006, págs. 40-53.

13 J. PEREA, J. I. GONZALEZ FAUS, A. TORRES QUEIRUGA, J. VITORIA: *Clamor contra el gueto*, Madrid, Trotta 2012, págs. 9-23.

### 5.3 Sintomas de um mal-estar

Cinquenta anos após o encerramento do Concílio, alguns se perguntam se algo realmente aconteceu no Concílio<sup>14</sup>. Frente a esta postura crítica e dubitativa, historiadores como G. Alberigo e O'Malley têm demonstrado que o Vaticano II foi um verdadeiro “acontecimento”, mas não faltam reações contrárias, como a do Mons. A. Marchetto, para quem o Vaticano II não opera nenhuma mudança histórica, senão que é preferível falar de continuidade<sup>15</sup>.

Assistimos, de fato, a uma lenta porém progressiva regressão ao tempo pré-conciliar, inicia-se uma contrarreforma conciliar, uma reforma da reforma, Roma seguiu atuando como antes do concílio, a cúria se impôs às forças renovadoras, o centralismo dominou frente às Igrejas locais, peça por peça tem sido desmontado o concílio (E. Biser), não se conheceu, na história da Igreja, uma suspensão semelhante das conclusões de um concílio legítimo (Hünemann). Intentou-se minimizar o ensi-

14 D. G. SCHULTENHOVER (ed.), *Vatican II, Did Anything Happen?*, New York, 2007.

15 A. MARCHETTO, *El Concilio Ecuménico Vaticano II. Contrapunto para su historia*, Valencia, Edicep, 2008. Véase S. MADRIGAL, *El “aggiornamento”, clave teológica para la interpretación del Concilio*, Santander, Sal Terrae, 2010, págs. 111-127.

namento do concílio, anular o “volco conciliar”, o “salto para frente”.

A contraposição entre continuidade ou novidade é incorreta. Nenhum teólogo sério afirma que o Vaticano II suponha uma ruptura com respeito à grande Tradição da Igreja, senão uma continuidade aberta à novidade, ou uma novidade em profunda continuidade com a Tradição, na linha do “desenvolvimento doutrinal” de Newman.

Como escreveu João XXIII em seu Diário, poucos dias antes de sua morte: “Não é que haja mudado o Evangelho; somos nós que começamos a compreendê-lo melhor”. Em todo o caso, a ruptura mais grave não tem sido a dos progressistas, senão a da extrema direita de Lefèbvre.

Esta involução levou a uma grande desilusão dos setores que esperavam que o concílio renovasse a Igreja; há abandonos massivos e silenciosos da Igreja por parte de muitos setores cristãos de boa-fé, especialmente de jovens e mulheres. A Igreja corre o risco de converter-se numa subcultura, num gueto, confundindo o pequeno rebanho com uma seita (Rahner), e contra o qual surge um clamor crescente: um clamor contra o gueto.<sup>16</sup> Esta-

mos ante uma grande crise eclesial, que alguns compararam com a crise que precedeu a Reforma no século XVI.

Há uma perda de credibilidade da Igreja que se situa com dificuldade no novo contexto social e cultural: é clerical numa sociedade muitas vezes anticlerical; exerce tutela sobre seculares numa sociedade laica: é vertical numa sociedade democrática; silencia as mulheres em momento de auge do feminismo no mundo. A Igreja volta a impregnar-se de traços antimodernos.<sup>17</sup>

#### **5.4 Causas desta involução eclesial**

O Vaticano II apresenta uma série de déficits que lastrarão seus elementos positivos e os ensombrecerão.

O concílio, para obter o maior consenso dos bispos, teve que admitir uma série de emendas (o *modos*) dos grupos mais conservadores, que fazem com que a eclesiologia conciliar contenha certa dualidade ambígua entre o acento jurídico da eclesiologia tradicional e a afirmação da eclesiologia de comunhão, como o teólogo italiano L. Acerbi tem assinalado.

Acrescenta-se a isso que o Vaticano II não chegou a concretizar os grandes temas abordados, deixando sem

16 PEREA, CONZALEZ FAUS, TORRES QUEIRUGA, VITORIA, *Clamor contra el gueto...*

17 J. A. ESTRADA, “La pérdida de credibilidad de la Iglesia” en *Clamor contra el gueto*, l.c. págs. 205-207.

mediações práticas os enunciados gerais. Muitas vezes se formularam somente princípios teóricos, e se deu pouco peso à dificuldade de levar a cabo as reformas conciliares. Falta uma instrumentalização de seus documentos. Não se concretizam os temas como a eleição dos bispos e do Papa, o valor das conferências episcopais e a autoridade dos sínodos romanos, a relação dos leigos com os ministros ordenados e seu poder na Igreja, etc.

Mas, além disso, o Concílio não se pronunciou e manteve silêncio sobre temas então já candentes: o celibato sacerdotal, a diminuição de ministros ordenados, a ordenação de homens casados (*virī probati*), o papel da mulher na sociedade e na Igreja, a sexualidade e o controle da natalidade, a disciplina do matrimônio, o estatuto eclesiológico dos bispos auxiliares, dos núncios e dos cardeais, a função da cúria romana, a relação entre leis civis e morais...

O próprio Papa Paulo VI, desejoso de evitar divisões na Igreja, mandou introduzir uma *Nota prévia* ao final da *Lumen Gentium*, por medo de que a colegialidade reduzisse poder ao papado proclamado no Vaticano I, para que ficasse bem clara a função primacial do Papa no colégio episcopal.

Acrescentemos a tudo isso que o Vaticano II não conseguiu realizar o sonho profético de João XXIII, de

que a Igreja fosse realmente a Igreja dos pobres. Além de alguma breve alusão ao tema na *Lumen Gentium* e na *Gaudium et spes* 1, o concílio, elaborado sobretudo por bispos e teólogos centro-europeus e do norte, não foi sensível a este tema. A Igreja da América Latina, em Medellín (1968), o assumirá ao falar da opção pelos pobres e denunciar as estruturas injustas de pecado que oprimem o povo.

Estas lacunas têm feito que a magnífica eclesiologia do Vaticano II tenha ficado muitas vezes, na prática, na metade do caminho. Muitos destes temas se converterão, no pós-concílio, sobretudo na época de Paulo VI, em questões não só candentes senão conflitivas. Pensemos, por exemplo, na polêmica surgida em torno da *Humanae Vitae*.

Mas é preciso acrescentar ao anterior que a cúria romana, que, liderada por Ottaviani, sempre encanou com prevenção o Concílio e que, sem dúvida, temia perder poder com sua aplicação prática, tem sido um elemento de freio no pós-concílio, interpondo-se, muitas vezes, entre o Papa e os bispos de todo o mundo, fazendo uma *leitura literal e minimalista do Vaticano II, isto é, interpretando-o a partir da Igreja de Cristandade*, desde Trento e do Vaticano I. Exemplos desta involução podem ser tanto o novo *Código de direito canônico* (1983), como o *Catecismo da Igreja católica* (1992).

O magistério da Igreja se assustou ante as correntes tradicionalistas de bispos e teólogos atemorizados ante as conseqüências não previstas do concílio, o que fez com que a cúria freasse as reformas, censurando posturas proféticas que eram consideradas perigosas e aceitando a petições conservadoras.

### 5.5 Questões pendentes

Há temas que o concílio não pôde tratar ou que não conseguiu desenvolver adequadamente. Enumeremos uma longa lista dos principais:

- Reforma do ministério petrino, conforme o desejo de João Paulo II em sua encíclica *Ut unum sint*, para que o exercício atual do Papado deixe de constituir o maior obstáculo para a união dos cristãos: que o Papa deixe de ser Chefe de Estado, que haja profunda reforma da cúria, a qual tem sido o maior freio para o desenvolvimento do concílio e que se interpõe entre o Papa e os bispos; que seja revisada a questão do poder na Igreja, embora se chame de “poder sagrado”.
- Revisão da estrutura de nuncios-bispos diplomáticos e dos cardeais que respondem à Igreja de Cristandade e não à do Vaticano II.

- Participação do povo cristão na eleição de seus bispos.
- Tornar efetiva a colegialidade episcopal, com maior autonomia das Igrejas locais em temas de doutrina da fé, direito e liturgia e que os sínodos de Roma sejam deliberativos e não meramente consultivos.
- Melhorar as relações entre a Congregação da fé e os teólogos, num clima de diálogo sincero, respeitando os direitos humanos, sem processos secretos e humilhantes que vão contra a dignidade humana.
- Abrir-se a outras formas de ministério ordenado, que pode incluir a ordenação de homens casados, maduros na fé (*virii probati*) e que se deixe de considerar o celibato como condição obrigatória para o ministério latino.
- Revisão do papel da mulher na Igreja, superando toda forma de patriarcalismo machista e androcêntrico; dentro disto, dever-se-ia repensar a proibição ao ministério ordenado da mulher, o que se considera como algo “definitivo”, algo realmente intocável, já que esta exclusão não tem fundamento bíblico nem tradicional.
- Promoção do laicato, de sua formação e de seus ministérios, dando-lhes plena confiança



e autonomia, escutando-os e assessorando-se deles em temas de sua competência, como podem ser matrimônio e família, economia, política, ciência, cultura.

- Maior respeito aos carismas da vida religiosa, também da vida religiosa feminina e de irmãos, sem manipulá-la para suprir a falta de clero nem “paroquializá-la” indistintamente.
- Profunda revisão da doutrina oficial sobre controle da natalidade e anticoncepcionais; devem ser seriamente repensadas, a partir da antropologia, da psicologia e da ciência moderna, a sexualidade, as relações pré-matrimoniais, a comunhão de divorciados que tornaram a casar, bem como muitos temas de bioética, os quais necessitam maior diálogo com a medicina e a genética.
- Relançamento do ecumenismo, hoje freado, maior espaço ao pluralismo de formas segundo culturas e tradições, concedendo maior liberdade às conferências episcopais.
- Renovação da linguagem eclesial, tanto a teológica e catequética como a do magistério e da liturgia, que resultam ser algo “anacrônico, aborrecido, repetitivo, moralizante e inadaptado ao tempo de hoje” (H. Boulad).

- Finalmente, porém não por último, a Igreja do pós-concílio há de levar muito a sério a proposta inicial de João XXIII de que a Igreja, certamente universal, deve ser antes de tudo a Igreja dos pobres.

Há, sem dúvida, outros temas novos que o Vaticano II não pôde prever, como, por exemplo, o dos novos movimentos eclesiais laicais e sua inserção na Igreja local e, sobretudo, o tema da ecologia, do meio ambiente e do respeito à natureza.

### 5.6 Mudança de acentos

Sem deixar de lado as diversas hermenêuticas e aplicações do Vaticano II, se nos fixarmos no novo contexto socioeclesial que hoje vivenciamos, constataremos que nestes 50 anos tem havido uma mudança de acentos e de interesse na apreciação e atualidade dos mesmos documentos conciliares.

Para apresentar algum exemplo, se a eclesiologia do Vaticano II esteve centrada na *Lumen gentium* como uma Igreja já constituída, hoje em dia vemos que o decreto *Ad gentes* sobre a atividade missionária da Igreja recupera maior atualidade e urgência, e isto não só para os chamados “países de missão”, senão também e, qui-

chá, sobretudo para os próprios países de tradição católica, hoje convertidos em verdadeiros países de missão, onde é necessária uma nova evangelização. É casual que o Sínodo de bispos de 2012 tenha sido sobre a nova evangelização?

O ecumenismo conciliar, expresso principalmente no decreto *Unitatis redintegratio*, parece ficar um tanto deslocado ante a atualidade do diálogo inter-religioso que o próprio Vaticano II propiciou em seu decreto *Nostra aetate*. Que sentido e urgência têm as discussões domésticas entre cristãos ortodoxos, evangélicos e anglicanos, quando o grave problema é a relação com as grandes maiorias não cristãs?

Toda a problemática ecumênica evidentemente não desaparece, porém fica em segundo lugar ante os problemas religiosos e políticos do diálogo com o Islã, o Hinduísmo, o Budismo, o Judaísmo e as religiões tanto originárias como pós-modernas.

O que está acontecendo? Como interpretar estas mudanças que afetam o próprio ser eclesial?

### **5.7 Da eclesiologia ao problema de Deus**

Este olhar seria excessivamente intereclesial e, no fundo, falso, se não tomássemos em conta os acontecimentos sociais, políticos, econômicos, cultu-

rais e religiosos que têm acontecido nestes 50 anos: de maio de 1968 aos indignados de 2011, a queda do muro de Berlim e das Torres gêmeas, globalização, pós-modernidade, neoliberalismo e a crise econômica atual, descolonização africana, novas tecnologias, os avanços em ciência e biologia, a mudança climática, o novo tempo axial com a mudança de paradigma religioso... Estamos ante um terremoto e tsunami que sacudiu tudo e naturalmente também a esfera religiosa. Estamos ante um novo mundo, ante uma mudança de época, estamos entrando numa crise de cultura mundial, não precisamente destrutiva, porém de proporções inéditas, a qual afeta todas as dimensões de nossa existência: sociais, econômicas, políticas, culturais e também religiosas e espirituais.

Culpar o Vaticano II ou a cúria romana de todas estas defasagens seria excessivamente parcial. Tudo isto afeta naturalmente nossa consciência religiosa e eclesial. J. B. Metz formulou, numa espécie de sorites, as modificações que vivemos a nível religioso e eclesial. Frente a uma época de pertença pacífica à Igreja, hoje se tem passado primeiro a afirmar “Cristo sim, Igreja não”, para em seguida ir avançando para “Deus sim, Cristo não” e, mais adiante, “religião sim, Deus não”, para acabar dizendo “espiritualidade sim, religião não”.

Neste clima caótico de mudança e incerteza generalizada, a problemática do Vaticano II tem ficado de algum modo deslocada ou, inclusive, superada. Já não tem muito sentido nos limitarmos a discutir sobre ritos litúrgicos, sobre a cúria vaticana, a diminuição da prática dominical, o controle de natalidade, a comunhão aos divorciados ou a casais homossexuais... por mais que seja muito necessário fazê-lo. Os problemas são muito mais radicais e de fundo. As gerações jovens são as que mais o percebem e sofrem.

O Vaticano II foi um concílio fortemente eclesiológico, centrado na *Lumen Gentium* e na *Gaudium et Spes*. Respondia à questão que Paulo VI havia lançado aos padres conciliares: “Igreja, o que dizes de ti mesma?” Todos os demais documentos giram em torno à Igreja ou convergem para ela: revelação, liturgia, laicato, Povo de Deus, hierarquia, vida religiosa, ecumenismo, diálogo com o mundo moderno, liberdade religiosa, etc.

Porém, poucos anos após o Vaticano II, o mesmo Paulo VI, numa semana social da França, mudou a pergunta do Concílio: “Igreja, o que dizes de Deus?”

O teólogo e cardeal Walter Kasper reconhece que o Vaticano II se limitou demasiado à Igreja e às mediações eclesiais e descuidou de atender ao verdadeiro e

autêntico conteúdo da fé, a Deus<sup>18</sup>. E Rahner chegou a afirmar que o concílio Vaticano I foi mais audaz que o Vaticano II, ao ter-se atrevido a tratar a questão do mistério inefável de Deus. E a este propósito escreveu:

“O futuro não perguntará à Igreja pela estrutura mais exata e bela da liturgia, nem tampouco pelas doutrinas teológicas controvertidas que distinguem a doutrina católica dos cristãos não católicos, nem por um regime mais ou menos ideal da cúria romana. Perguntará se a Igreja pode testemunhar a proximidade orientadora do mistério infalível que chamamos Deus. [...] E, por esta razão, as respostas e soluções do passado Concílio não poderiam ser senão um começo muito remoto da ação da Igreja do futuro.”<sup>19</sup>

A Igreja há de concentrar-se no essencial, voltar a Jesus e ao evangelho, iniciar uma experiência espiritual de Deus (mistagogia), é tempo de espiritualidade e de mística. E também de profecia frente ao mundo dos pobres e excluídos que são a maioria da humanidade, e frente à terra, a mãe terra que está seriamente ameaçada. Mística e profecia são inseparáveis. A Igreja há

18 W. KASPER. “El desafío permanente del Vaticano II”, en *Teología e Iglesia*, Barcelona, Herder, 1989, pág. 414.

19 RAINER, *El Concilio, nuevo comienzo*, Barcelona, Herder, 1966, pág. 22.

de gerar esperança e sentido a um mundo destinado à morte. Não é tempo de retoques parciais.

Não nos enganemos, nem caiamos na tentação de tocar violinos enquanto o Titanic afunda... A Igreja há de ser uma comunidade mistagógica<sup>20</sup>, uma comunidade hermenêutica, que seja mediação, e não obstáculo, para o encontro com o Deus de Jesus e com os pobres.

## 6 Conclusão: do caos ao *Kairós*

Neste clima de perplexidade e de crise universal, nós, cristãos, cremos que este não é um momento de morte senão de parto, que em meio a este caos, está presente o *Ruah*, o Espírito que se debruçava sobre o caos inicial para gerar a vida, o mesmo Espírito que gerou Jesus de Maria Virgem e o ressuscitou dos mortos. O Espírito é quem dirige a Igreja e a humanidade. Não é a primeira crise que a Igreja atravessa. Pode ser um momento pascal, a passagem da morte à vida. Do caos pode surgir um tempo de graça, um *kairós*, uma Igreja renovada, nazarena, mais pobre e evangélica.

Mais ainda, através das queixas e do descontentamento do povo cristão que clama por este novo estilo de

Igreja para sair deste impasse eclesial, podemos discernir a presença viva do Espírito que geme e clama por uma Igreja diferente: outra Igreja é possível, outra Igreja é necessária (Jon Sobrino).

Mas, enquanto isso, temos de continuar com o processo de recepção do Vaticano II, ainda inacabado, explorar sua herança, pois somente a partir de sua luz e de suas intuições podemos responder aos desafios de hoje. Temos de converter-nos ao mesmo Espírito que moveu João XXIII a convocar o concílio, imitar sua bondade, sua atitude de diálogo, misericórdia, serenidade, confiança em Deus e, ao mesmo tempo, seus desejos de *aggiornamento* e de se dar um salto para frente. E, sem desiludir-nos, trabalhar a partir de baixo em renovar a Igreja como o fizeram os movimentos renovadores dos anos 50 do século passado. Após um duro inverno, nasce sempre a primavera.

Não podemos ser “profetas de calamidades”, temos de sentir com a Igreja, ou melhor ainda, sentir-nos Igreja, inclusive em meio a este inverno eclesial: Deus e seu Reinado é maior que a Igreja, a Igreja é pecadora, mas está sob a força do Espírito do Senhor que não abandona jamais, a Igreja não se identifica simplesmente com a hierarquia, é a Igreja do Jesus histórico e pobre de Nazaré, encarnada na pequenez e fragilidade da raça

20 F. J. Vitoria, *No hay “territorio comanche” para Dios*, Madrid, HOAC, 2009, pág. 163-193.

humana, sinal de contradição como o próprio Jesus. Temos de agradecer que a Igreja nos tenha dado o melhor que tem, Jesus, e havemos de converter-nos todos, hierarquia e fiéis, ao Evangelho. Manteremos uma fide-

dade crítica e rebelde, porém esperando contra toda esperança Naquele “que dá a vida aos mortos e chama à existência o que ainda não existe” (Ro 4, 17).<sup>21</sup>

---

21 Permito-me remeter a meu caderno, V. CODINA, *Sentirse Iglesia en el invierno eclesial*, Barcelona, Cristianisme i Justícia, EIDES 46.



## **Cadernos Teologia Pública: temas publicados**

- N. 1 – *Hermenêutica da tradição cristã no limiar do século XXI* – Johan Konings, SJ
- N. 2 – *Teologia e Espiritualidade. Uma leitura Teológico-Espiritual a partir da Realidade do Movimento Ecológico e Feminista* – Maria Clara Bingemer
- N. 3 – *A Teologia e a Origem da Universidade* – Martin N. Dreher
- N. 4 – *No Quarentenário da Lumen Gentium* – Frei Boaventura Kloppenburg, OFM
- N. 5 – *Conceito e Missão da Teologia em Karl Rahner* – Érico João Hammes
- N. 6 – *Teologia e Diálogo Inter-Religioso* – Cleusa Maria Andreatta
- N. 7 – *Transformações recentes e prospectivas de futuro para a ética teológica* – José Roque Junges, SJ
- N. 8 – *Teologia e literatura: profetismo secular em “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos* – Carlos Ribeiro Caldas Filho
- N. 9 – *Diálogo inter-religioso: Dos “cristãos anônimos” às teologias das religiões* – Rudolf Eduard von Sinner
- N. 10 – *O Deus de todos os nomes e o diálogo inter-religioso* – Michael Amaladoss, SJ
- N. 11 – *A teologia em situação de pós-modernidade* – Geraldo Luiz De Mori, SJ
- N. 12 – *Teologia e Comunicação: reflexões sobre o tema* – Pedro Gilberto Gomes, SJ
- N. 13 – *Teologia e Ciências Sociais* – Orivaldo Pimentel Lopes Júnior
- N. 14 – *Teologia e Bioética* – Santiago Roldán García
- N. 15 – *Fundamentação Teológica dos Direitos Humanos* – David Eduardo Lara Corredor
- N. 16 – *Contextualização do Concílio Vaticano II e seu desenvolvimento* – João Batista Libânio, SJ
- N. 17 – *Por uma Nova Razão Teológica. A Teologia na Pós-Modernidade* – Paulo Sérgio Lopes Gonçalves
- N. 18 – *Do ter missões ao ser missionário – Contexto e texto do Decreto Ad Gentes revisitado 40 anos depois do Vaticano II* – Paulo Suess
- N. 19 – *A teologia na universidade do século XXI segundo Wolfhart Pannenberg* – 1ª parte – Manfred Zeuch
- N. 20 – *A teologia na universidade do século XXI segundo Wolfhart Pannenberg* – 2ª parte – Manfred Zeuch
- N. 21 – *Bento XVI e Hans Küng. Contexto e perspectivas do encontro em Castel Gandolfo* – Karl-Josef Kuschel

- N. 22 – *Terra habitável: um desafio para a teologia e a espiritualidade cristãs* – Jacques Arnould
- N. 23 – *Da possibilidade de morte da Terra à afirmação da vida. A teologia ecológica de Jürgen Moltmann* – Paulo Sérgio Lopes Gonçalves
- N. 24 – *O estudo teológico da religião: Uma aproximação hermenêutica* – Walter Ferreira Salles
- N. 25 – *A historicidade da revelação e a sacramentalidade do mundo – o legado do Vaticano II* – Frei Sinivaldo S. Tavares, OFM
- N. 26 – *Um olhar Teopoético: Teologia e cinema em O Sacrifício, de Andrei Tarkovski* – Joe Marçal Gonçalves dos Santos
- N. 27 – *Música e Teologia em Johann Sebastian Bach* – Christoph Theobald
- N. 28 – *Fundamentação atual dos direitos humanos entre judeus, cristãos e muçulmanos: análises comparativas entre as religiões e problemas* – Karl-Josef Kuschel
- N. 29 – *Na fragilidade de Deus a esperança das vítimas. Um estudo da cristologia de Jon Sobrino* – Ana María Formoso
- N. 30 – *Espiritualidade e respeito à diversidade* – Juan José Tamayo-Acosta
- N. 31 – *A moral após o individualismo: a anarquia dos valores* – Paul Valadier
- N. 32 – *Ética, alteridade e transcendência* – Nilo Ribeiro Junior
- N. 33 – *Religiões mundiais e Ethos Mundial* – Hans Küng
- N. 34 – *O Deus vivo nas vozes das mulheres* – Elisabeth A. Johnson
- N. 35 – *Posição pós-metafísica & inteligência da fé: apontamentos para uma outra estética teológica* – Vitor Hugo Mendes
- N. 36 – *Conferência Episcopal de Medellín: 40 anos depois* – Joseph Comblin
- N. 37 – *Nas pegadas de Medellín: as opções de Puebla* – João Batista Libânio
- N. 38 – *O cristianismo mundial e a missão cristã são compatíveis?: insights ou percepções das Igrejas asiáticas* – Peter C. Phan
- N. 39 – *Caminhar descalço sobre pedras: uma releitura da Conferência de Santo Domingo* – Paulo Suess
- N. 40 – *Conferência de Aparecida: caminhos e perspectivas da Igreja Latino-Americana e Caribenha* – Benedito Ferraro
- N. 41 – *Espiritualidade cristã na pós-modernidade* – Ildo Perondi
- N. 42 – *Contribuições da Espiritualidade Franciscana no cuidado com a vida humana e o planeta* – Ildo Perondi
- N. 43 – *A Cristologia das Conferências do Celam* – Vanildo Luiz Zugno
- N. 44 – *A origem da vida* – Hans Küng
- N. 45 – *Narrar a Ressurreição na pós-modernidade. Um estudo do pensamento de Andrés Torres Queiruga* – Maria Cristina Giani
- N. 46 – *Ciência e Espiritualidade* – Jean-Michel Maldamé
- N. 47 – *Marcos e perspectivas de uma Catequese Latino-americana* – Antônio Cechin
- N. 48 – *Ética global para o século XXI: o olhar de Hans Küng e Leonardo Boff* – Águeda Bichels



- N. 49 – *Os relatos do Natal no Alcorão (Sura 19,1-38; 3,35-49): Possibilidades e limites de um diálogo entre cristãos e muçulmanos* – Karl-Josef Kuschel
- N. 50 – *“Ite, missa est!”: A Eucaristia como compromisso para a missão* – Cesare Giraudo, SJ
- N. 51 – *O Deus vivo em perspectiva cósmica* – Elizabeth A. Johnson
- N. 52 – *Eucaristia e Ecologia* – Denis Edwards
- N. 53 – *Escatologia, militância e universalidade: Leituras políticas de São Paulo hoje* – José A. Zamora
- N. 54 – *Mater et Magistra – 50 Anos* – Entrevista com o Prof. Dr. José Oscar Beozzo
- N. 55 – *São Paulo contra as mulheres? Afirmação e declínio da mulher cristã no século I* – Daniel Marguerat
- N. 56 – *Igreja Introversa: Dossiê sobre o Motu Proprio “Summorum Pontificum”* – Andrea Grillo
- N. 57 – *Perdendo e encontrando a Criação na tradição cristã* – Elizabeth A. Johnson
- N. 58 – *As narrativas de Deus numa sociedade pós-metafísica: O cristianismo como estilo* – Christoph Theobald
- N. 59 – *Deus e a criação em uma era científica* – William R. Stoeger
- N. 60 – *Razão e fé em tempos de pós-modernidade* – Franklin Leopoldo e Silva
- N. 61 – *Narrar Deus: Meu caminho como teólogo com a literatura* – Karl-Josef Kuschel
- N. 62 – *Wittgenstein e a religião: A crença religiosa e o milagre entre fé e superstição* – Luigi Perissinotto
- N. 63 – *A crise na narração cristã de Deus e o encontro de religiões em um mundo pós-metafísico* – Felix Wilfred
- N. 64 – *Narrar Deus a partir da cosmologia contemporânea* – François Euvé
- N. 65 – *O Livro de Deus na obra de Dante: Uma releitura na Baixa Modernidade* – Marco Lucchesi
- N. 66 – *Discurso feminista sobre o divino em um mundo pós-moderno* – Mary E. Hunt
- N. 67 – *Silêncio do deserto, silêncio de Deus* – Alexander Nava
- N. 68 – *Narrar Deus nos dias de hoje: possibilidades e limites* – Jean-Louis Schlegel
- N. 69 – *(Im)possibilidades de narrar Deus hoje: uma reflexão a partir da teologia atual* – Degislando Nóbrega de Lima
- N. 70 – *Deus digital, religiosidade online, fiel conectado: Estudos sobre religião e internet* – Moisés Sbardelotto
- N. 71 – *Rumo a uma nova configuração eclesial* – Mario de França Miranda
- N. 72 – *Crise da racionalidade, crise da religião* – Paul Valadier
- N. 73 – *O Mistério da Igreja na era das mídias digitais* – Antonio Spadaro
- N. 74 – *O seguimento de Cristo numa era científica* – Roger Haigh
- N. 75 – *O pluralismo religioso e a igreja como mistério: A eclesiologia na perspectiva inter-religiosa* – Peter C. Phan

- N. 76 – *50 anos depois do Concílio Vaticano II: indicações para a semântica religiosa do futuro* – José Maria Vigil
- N. 77 – *As grandes intuições de futuro do Concílio Vaticano II: a favor de uma “gramática gerativa” das relações entre Evangelho, sociedade e Igreja* – Christoph Theobald
- N. 78 – *As implicações da evolução científica para a semântica da fé cristã* – George V. Coyne
- N. 79 – *Papa Francisco no Brasil – alguns olhares*
- N. 80 – *A fraternidade nas narrativas do Gênesis: Dificuldades e possibilidades* – André Wénin



**Victor Codina, S.J.**, é doutor em Teologia. Desde 1962 reside na Bolívia, onde trabalhou com setores populares e na formação de leigos em Oruro e Santa Cruz. Foi professor de Teologia na Universidade Católica de Cochabamba, alternando o ensino com o trabalho pastoral em bairros populares. Publicou três artigos nos *Quaderns Cristianisme i Justícia: Lluís Espinal* (Caderno 64), *Acoger o rechazar el clamor del explotado* (Caderno 23) e *L. Espinal, un catalán mártir de justicia* (Caderno 2).